

Otros temas de interés de la Contabilidad y la Gestión

XI CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS Y GESTIÓN

**XXXII CONGRESO ARGENTINO DE PROFESORES
UNIVERSITARIOS DE COSTOS**

**OS CUSTOS TRIBUTÁRIOS IMPACTAM O CRESCIMENTO
ECONÔMICO?**

Tipificación: Conclusiones o avances de proyectos de investigación

Autores

Prof. Dr. Mauro Fernando Gallo

Centro Universitário Álvares Penteado – FECAP
ABC – Associação Brasileira de Custos

Peterson Leite Pereira

Instituição Toledo de Ensino – ITE

Reinaldo R. Roel

Instituição Toledo de Ensino – ITE

Silvio C. Gonçalves

Instituição Toledo de Ensino – ITE

Trelew – Patagonia Argentina, Septiembre de 2009

**XI CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS Y GESTIÓN
XXXII CONGRESO ARGENTINO DE PROFESORES
UNIVERSITARIOS DE COSTOS**

CUSTOS TRIBUTÁRIOS IMPACTAM O CRESCIMENTO ECONÔMICO?

Tipificación: Conclusiones o avances de proyectos de investigación

RESUMO

O objetivo do artigo é o de comparar a evolução do Produto Interno Bruto – PIB, com a performance da Carga Tributária, que representa os custos tributários, entre os anos de 2000 a 2007 no Brasil. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental, através dos dados coletados nas fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Receita Federal do Brasil; Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT busca-se analisar os impactos que os custos da tributação produzem, visto que ela contribui para a redução da capacidade de investimentos, implicando em um menor crescimento econômico do Brasil. É notado que o governo está refém de dívidas e dos custos que demandam da sua própria estrutura, tendo a necessidade de arrecadar e para isto passa a tributar cada vez mais para manter-se operando, impactando os custos tributários das empresas em geral. Percebe-se dentro do período pesquisado, que as medidas legislativas tomadas para redução da tributação foram paliativas e não surtiram efeito que a sociedade esperava, já que a carga tributária está crescendo ano a ano. Como não há perspectiva no curto prazo para uma ampla reforma tributária que desonere o custo de produção, outras medidas devem surgir no sentido de se reduzir os ineficientes gastos da gestão governamental e por conseqüência a pesada tributação, que engessa o crescimento econômico, agindo como um componente do custo Brasil e que influencia também nos números percentuais da inflação. Conclui-se que os custos tributários de um ano impactam o crescimento econômico do ano seguinte, conforme demonstrado no estudo.

1 INTRODUÇÃO

Há muita discussão sobre a política tributária existente no Brasil, no contexto de que o principal objetivo do governo é o de aumentar a sua arrecadação através da tributação, que por sua vez faz aumentar o custo da produção e acaba impactando negativamente o crescimento econômico.

O assunto é relevante devido à carga tributária incidir sobre todos os cidadãos, seja no consumo, no capital ou no trabalho.

No consumo da população através dos tributos como: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS; Programa de Integração Social - PIS; Imposto de Importação; Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Imposto sobre Serviços - ISS.

No capital dos cidadãos com os seguintes tributos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

No trabalho através dos tributos como Seguridade Social; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; Imposto de Renda das Pessoas Físicas - IRPF; Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.

Desta forma o artigo tem o objetivo de comparar a evolução do PIB com a da arrecadação, no período de 2000 a 2007, analisando se a evolução da arrecadação acompanha a do PIB. Busca-se relacionar se a carga tributária impacta o crescimento econômico ou não.

A hipótese a ser testada é confirmar se a carga tributária, que representa os custos tributários, tem crescido num ritmo superior ao do PIB, que registra a evolução da economia do país, já que vários setores produtivos apontam os custos tributários como sendo um problema, na perspectiva de que ela pode contribuir para que haja um menor crescimento econômico.

Vale a pena voltar os olhos a um passado não muito distante e obter informações sobre a arrecadação e sobre o PIB, buscando compreender a relação existente entre eles e os seus impactos, visando auxiliar novas decisões que possam levar a um ganha a ganha entre governo e contribuinte.

Será utilizada como metodologia a análise dos dados coletados e o cálculo das variações percentuais que ocorreram no período pesquisado.

Historicamente, quando ocorre aumento dos custos tributários, há também elevação nos preços de produtos e serviços devido aos repasses e por consequência a geração da denominada inflação de custos. A carga tributária tem levado a um confisco da renda dos cidadãos e do lucro de empresas, diminuindo o poder de investimento de ambos.

Em tese o valor que se é obrigado a recolher, poderia ser utilizado como recursos para que as empresas fizessem treinamentos de empregados, auxiliando desta forma para uma melhor remuneração e satisfação por parte dos empregados e ainda com o incremento de qualidade nas empresas.

Apesar do grande valor arrecadado no país, sabe-se que a população não recebe do governo serviços de qualidade em educação, saúde, segurança, bem estar e

desenvolvimento social, conforme determina a Constituição Federal, em seu art. 6º, contrariando assim o jargão de responsabilidade social, que serve de principal pretexto para se tributar.

Com os dados obtidos no Ministério da Fazenda sobre as despesas do governo, ou seja, para onde são canalizados os maiores gastos, é visto que a maior parte é destinada ao pagamento de juros, amortização de dívidas e para o custeio com a estrutura de pessoal dos órgãos públicos.

Hoje as dívidas públicas correspondem a cerca de 48% do PIB, conforme o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

No Brasil a inflação é medida por diferentes índices que são calculados por entidades públicas e privadas. Com o cálculo da carga tributária ocorre o mesmo.

Devido à falta de uma metodologia oficial, os órgãos responsáveis pelas estatísticas, acabam apresentando resultados com algumas diferenças, o que de alguma forma contribui para que a sociedade não fique refém apenas de dados do governo.

Na pesquisa foram utilizados dados de fontes que adotam as seguintes metodologias para o cálculo da arrecadação:

- Receita Federal do Brasil: não considera na arrecadação valores de multas, juros e correção monetária. A tributação municipal é estimada e não considera arrecadação com contribuições sindicais e custas judiciais.
- IBPT: considera todos os valores arrecadados, pelas três esferas do governo incluindo tributos, multas, juros e correção, bem como receitas de contribuições sindicais e custas judiciais.

2 REVISÃO LITERÁRIA

Stiglitz (1988) aponta cinco características desejáveis para um sistema tributário eficiente. A primeira refere-se à eficiência econômica, isto é, o sistema tributário deve ser neutro com relação à decisão da alocação dos recursos. A segunda é a simplicidade administrativa, a qual deve representar baixo custo tanto para o fisco como para o contribuinte. A flexibilidade é a terceira característica desejável, significa que um sistema eficiente deve ser o suficientemente maleável para adaptar-se o mais rapidamente possível as mudanças na conjuntura econômica. A quarta característica é a da responsabilidade política, que visa dar transparência ao sistema, possibilitando ao contribuinte saber exatamente o quanto se paga em cada situação de incidência. A quinta característica é a da justiça fiscal, onde os cidadãos em diferentes situações tenham tratamentos diferenciados, contribuindo segundo sua real capacidade econômica.

O PIB - Produto Interno Bruto é calculado pelo IBGE e representa a soma de todos os serviços e bens finais produzidos num determinado período em uma determinada região ou país. O PIB é expresso em valores monetários. Ele é um importante indicador da atividade econômica e representa a própria evolução da economia do país.

Uma das formas de se mensurar o PIB do país é pela fórmula:

$$\text{PIB} = \text{C} + \text{I} + \text{G} + \text{X} - \text{M} \quad (1)$$

Onde:

C = Consumo Privado

I = Investimentos totais

G = Gastos Governamentais

X = Exportações

M = Importações

Os fatores que influenciam o PIB são:

- O consumo da população: quanto mais as pessoas gastam, mais o PIB cresce. Se o consumo é menor o PIB cai. O consumo depende do salário e dos juros. Se as pessoas ganham mais e pagam menos com o pagamento de juros nas prestações, o consumo é maior e o PIB cresce. Se o salário for baixo e os juros altos, o gasto pessoal cai e o PIB também. Por isto os juros comprometem o crescimento do país, sob o ponto de vista do consumo.
- O investimento: é outro fator que influencia o PIB. Por exemplo, se a empresa cresce, compra máquinas, expande as atividades, contrata trabalhadores e movimenta a economia. Outra vez, os juros altos impactam os investimentos dependentes de financiamentos. Além disto, os juros elevados desestimulam os investimentos quando se compara com o retorno dos mesmos.
- O gasto governamental: é outro fator que impulsiona o PIB. Quando se faz obras, são contratados operários, movimentando-se vários setores, gerando renda e fazendo elevar a produção geral e a economia.
- A exportação: também faz o PIB crescer, pois mais dinheiro entrando no país gera renda que é gasta com investimento ou consumo.
- A importação pode apresentar o efeito inverso, aparentemente, pois quanto maior o volume das importações, mais renda se direciona para outros países. Mas também há importações necessárias para o crescimento econômico.

Carga tributária é dada pela razão entre a arrecadação tributária e o PIB. Como a carga tributária é sustentada em sua maior parte por tributos indiretos incidentes sobre os produtos e serviços no mercado, a competitividade das empresas brasileiras é prejudicada, mesmo considerando as isenções e/ou os créditos concedidos pelo governo.

Dentre as inúmeras explicações para o impacto negativo no desempenho da economia brasileira estaria a alta carga tributária no País, com os tributos que incidem em cascata; a legislação tributária que é burocrática; a antiquada legislação trabalhista; as

contribuições sociais sobre a folha de pagamento, que são componentes importantes na formação do “Custo Brasil”.

A legislação brasileira permite que o Estado continue interferindo na economia de livre mercado, engessando a cadeia produtiva e o desenvolvimento do país.

Uma opção seria a reforma do sistema tributário, tornando a lei mais flexível, utilizando parte do valor arrecadado com os encargos da folha de pagamento e redistribuí-los aos empregados, ou seja, agregar este valor ao próprio salário dos trabalhadores.

Este aspecto ajudaria para uma maior distribuição da renda, estabelecendo um crescimento sustentável da economia brasileira, mediante a diminuição da informalidade, aumento da renda e do emprego, fortalecendo o consumo com a redução do risco de crédito da população economicamente ativa.

Entretanto mais importante ainda é que a administração pública renuncie a arrecadação a favor do contribuinte e do desenvolvimento, implementando medidas que equilibrem suas despesas com uma arrecadação menor.

É de extrema importância o ajuste da previdência social, antes de contratar novos servidores públicos ou conceder benefícios que onerem o Estado no curto e principalmente no longo prazo.

Outro fator importante a inibir a competitividade da economia brasileira é a alta taxa de juros. Sendo adotada como taxa referencial básica a SELIC, o governo justifica seu nível elevado no contexto de contenção da inflação.

3 ESTUDO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

As tabelas que seguem foram coletadas no site das fontes: IBGE, Receita Federal do Brasil, Instituto de Planejamento Tributário e Ministério da Fazenda.

3.1 Evolução do PIB nominal e variação percentual anual conforme IBGE

A tabela abaixo teve como fonte o IBGE. O PIB nominal é computado considerando-se os preços médios dos bens e serviços vigentes em cada período. Se houver inflação o PIB registrará aumento, mesmo que a economia não cresça em termos reais.

bela 1 – Evolução do PIB – Valor nominal e variação percentual anual

PERÍODO	EM CORRENTES	MILHÕES	VARIAÇÃO PERCENTUAL	BASE 2000
2000	R\$ 1.179.482,00		7,10%	100,0
2001	R\$ 1.302.136,00		10,40%	110,4
2002	R\$ 1.477.822,00		13,49%	125,3

2003	R\$ 1.699.948,00	15,03%	144,1
2004	R\$ 1.941.498,00	14,21%	164,6
2005	R\$ 2.147.239,00	10,60%	182,0
2006	R\$ 2.332.935,00	8,65%	197,8
2007	R\$ 2.558.821,00	9,68%	216,9

Média anual	11,14%
-------------	--------

Fonte: IBGE

Conforme a Tabela 1 o PIB nominal registra crescimento ano a ano.

É observado ainda que a maior variação no crescimento do PIB nominal foi em 2003 com 15,03%.

Nos últimos oito anos a média de variação do crescimento nominal foi de 11,14%, sendo que desde 2005 o PIB nominal está crescendo em um ritmo inferior a média anual no período.

3.2 Números da inflação conforme IBGE – IPCA

A tabela que segue teve como fonte o IBGE sendo que o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado é calculado pelo IBGE nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Goiânia e Distrito Federal. O índice mede a variação nos preços de produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendas entre 1 e 40 salários mínimos. É coletado do primeiro ao último dia do mês corrente e divulgado até o 8º dia útil do mês seguinte ao da coleta.

Tabela 2 - Inflação anual e variação percentual anual

PERÍODO	INFLAÇÃO ANUAL	VARIAÇÃO PERCENTUAL	BASE 2000
2000	5,97%	-33,22%	100,00
2001	7,67%	28,48%	128,48
2002	12,53%	63,36%	209,88
2003	9,30%	-25,78%	155,78
2004	7,60%	-18,28%	127,30
2005	5,69%	-25,13%	95,31

2006	3,14%	-44,82%	52,60
2007	4,46%	42,04%	74,71

Média anual	7,05%
-------------	-------

Fonte: IBGE

Conforme a Tabela 2 a inflação teve seu pico em 2002 com 12,53%, ano em que também houve a maior variação no crescimento da inflação com 63,36%

A partir de 2003 a inflação decresce constantemente até 2006, sendo que em 2007 ela voltou a subir.

Em 2006 foi o ano que ocorreu a maior variação de decréscimo da inflação, com 44,82%, seguido do ano de 2003 com variação negativa de 25,78%.

Nos últimos oito anos a média da inflação foi de 7,05% e desde 2005 a inflação fica abaixo desta média.

3.3 Evolução do PIB real conforme IBGE

A tabela a seguir teve como fonte o IBGE. O PIB real é calculado com base em preços fixos de um determinado ano, denominado ano-base. Na prática utiliza-se o PIB nominal de cada ano e desconta-se o índice de preços para ajustar o valor do PIB ao preço do ano-base.

A variação anual do PIB é adotada como indicador para medir o desempenho econômico de um ano para outro. Taxa positiva indica que a economia está em crescimento, nula significa que está estagnada e negativa indica que a economia está em recessão.

Tabela 3 - Evolução do PIB - Valor Real e Percentual

PERÍODO	EM MILHÕES DE 2007	VARIAÇÃO PERCENTUAL	BASE 2000
2000	R\$ 2.039.299,33	4,3%	100
2001	R\$ 2.066.021,70	1,3%	101
2002	R\$ 2.120.943,31	2,7%	104
2003	R\$ 2.145.265,73	1,1%	105
2004	R\$ 2.267.893,22	5,7%	111
2005	R\$ 2.339.522,08	3,2%	115
2006	R\$ 2.427.370,90	3,8%	119

2007	R\$ 2.558.821,35	5,4%	125
Média anual		3,43%	

Fonte: IBGE

Conforme a Tabela 3 o ano de 2003 tem a menor variação real do PIB com 1,1%, teve como reflexo do ano de 2002, ano em que ocorreu a maior taxa de inflação com 12,53% e a maior variação no crescimento anual com 63,36%, conforme demonstrado na Tabela 2, em 2002 houve ainda um acréscimo da tributação, conforme será demonstrado na Tabela 4, com 15,49% e na Tabela 5, com 19,50%.

O maior crescimento real do PIB foi em 2004 com 5,7%, sendo que no ano de 2003 ocorreu uma redução na inflação de 25,78%, conforme demonstra a Tabela 2. Deve-se ainda ao fato de o ano de 2003 ter apresentado uma das menores variações de arrecadação, ou seja, a tributação crescendo “apenas” 13,58%, conforme demonstra a Tabela 4, ou 14,65% conforme a Tabela 5.

Em 2007 ocorreu a segunda maior variação real do PIB com 5,4% havendo no ano de 2006 a maior variação de decréscimo da inflação conforme Tabela 2 com 44,82% e a menor variação no crescimento da tributação, conforme pode ser visto na Tabela 4 com 10,88% e Tabela 5 com 11,61%.

Nos últimos oito anos a média de crescimento do PIB real foi de 3,43%, sendo este o crescimento médio anual da economia brasileira no período.

3.4 Evolução da arrecadação conforme RFB

2006	R\$ 795.011,09	10,88%	34,08%	222
2007	R\$ 904.543,22	13,78%	35,35%	252
Tabela 4 – Evolução da arrecadação RFB – Valor nominal, variação % anual e percentual				
Média		arrecadação em relação ao PIB	anual	
		14,38%	32,51%	

PERÍODO	EM MILHOES CORRENTES	VARIÇÃO % ANUAL	% ARRECADÇÃO RFB/PIB	BASE 2000
2000	R\$ 358.414,00	15,96%	30,39%	100
2001	R\$ 407.668,00	13,74%	31,31%	114
2002	R\$ 470.824,45	15,49%	31,86%	131]
2003	R\$ 534.747,54	13,58%	31,46%	149
2004	R\$ 625.579,89	16,99%	32,22%	175
2005	R\$ 716.972,73	14,61%	33,39%	200

A tabela seguinte teve como fonte a Receita Federal do Brasil que não considera na arrecadação valores de multas, juros e correção monetária. A tributação municipal é estimada e não considera arrecadação com contribuições sindicais e custas judiciais.

Fonte: RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Conforme a Tabela 4 a arrecadação nominal cresceu constantemente, no período de 2000 a 2007, registrando uma elevação total nos oito anos de 152%.

Excluindo-se o ano de 2003, que praticamente se manteve inalterado, o percentual arrecadado em relação ao PIB cresce constantemente conforme pode ser visto na Tabela 4.

Em 2004 apresenta a maior variação no aumento da arrecadação com 16,99% o que contribuiu para que no ano de 2005 ocorresse uma redução no crescimento do PIB real conforme Tabela 3.

Este mesmo fenômeno ocorreu em 2002, ano que teve registrou a segunda maior elevação na arrecadação com 15,49% e impactou para que 2003 houvesse o menor crescimento real do PIB dentre os oito anos pesquisados.

No ano de 2004 ocorreu o maior crescimento real do PIB conforme Tabela 3 teve como combinação o ano de 2003 onde houve a segunda menor variação no crescimento da arrecadação com “apenas” 13,58%, conforme Tabela 4.

Este mesmo cenário se repetiu em 2007, ano com o segundo maior crescimento do PIB real, que alcançou 5,4%, graças a elevação da arrecadação ter variado “apenas” 10,88% no ano de 2006.

Nos últimos oito anos a média do crescimento na arrecadação em termos reais, segundo os dados da RFB foi de 14,38% ou seja, maior que a média de crescimento nominal do PIB, 11,14% conforme visto na Tabela 1.

A carga tributária, que corresponde à relação entre a arrecadação tributária e o PIB apresenta a média de 32,51%, nos oito anos pesquisados, média esta que já foi superada nos últimos 3 anos do período analisado. Registrando ainda, uma elevação continuada a cada ano, com exceção de 2003, quando praticamente se manteve inalterada em relação ao ano anterior.

3.5 Evolução da arrecadação conforme IBPT

A tabela abaixo tem como fonte o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT que considera todos os valores arrecadados, pelas três esferas do governo (tributos, multas, juros e correção), receitas de contribuições sindicais e custas judiciais, razão pela qual mostra um montante de arrecadação mais elevado. Deve-se, porém, destacar que os valores considerado pelo IBPT, apesar de constituírem receitas públicas, não podem ser denominadas de receitas tributária, por não respeitarem o conceito de tributos constante no art. 3º. do CTN – Código Tributário Nacional:

Art. 3º. Art. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Fonte: IBPT

Conforme a Tabela 5 - Evolução da arrecadação IBPT – Valor nominal, variação percentual anual e percentual arrecadado em relação ao PIB

PERÍODO	ARRECADAÇÃO IBPT	VARIAÇÃO ANUAL	% %ARRECADAÇÃO IBPT/PIB	Base 2000
2000	R\$ 361.696,29	18,61%	30,67%	100
2001	R\$ 403.745,30	11,63%	31,01%	112
2002	R\$ 482.486,31	19,50%	32,65%	133
2003	R\$ 553.179,31	14,65%	32,54%	153
2004	R\$ 650.135,32	17,53%	33,49%	180
2005	R\$ 732.864,33	12,72%	34,13%	203
2006	R\$ 817.938,34	11,61%	35,06%	226
2007	R\$ 923.245,35	12,87%	36,08%	255
Média anual		14,89%	33,20%	

do-se o ano de 2003, o percentual arrecadado em relação ao PIB, também se eleva constantemente conforme Tabela 5.

No ano de 2002 ocorreu a maior variação anual no crescimento da arrecadação com 19,50% conforme Tabela 5. Como possível consequência o ano de 2003 apresentou-se como o ano de menor crescimento real, conforme Tabela 3.

Nos últimos oito anos a média do crescimento na arrecadação nominal, segundo IBPT, é de 14,89%, maior que o aumento do PIB nominal, que é de 11,14% conforme Tabela 1.

A média da carga tributária em relação ao PIB foi de 33,20%, média esta que já está abaixo do percentual arrecadado nos últimos 4 anos, demonstrando que a arrecadação continua a crescer mais do que proporcional em relação ao PIB.

3.6 Comparativo da evolução da receita total e despesa total conforme Tesouro Nacional

A tabela abaixo tem como fonte o Tesouro Nacional sendo que representa o orçamento fiscal consolidado. A conta receita é constituída por “receitas correntes” - receita

tributária, receita de contribuições, receita patrimonial, receita agropecuária, receita industrial, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas e “receitas de capital” - operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferência de capital e outras receitas de capital.

A conta despesa é constituída pelas “despesas correntes” – pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, transferências correntes e outras despesas correntes e “despesas de capital” – investimentos, inversões financeiras, transferências de capital e amortização/refinanciamento da dívida.

Tabela 6 – Comparativo entre receitas e despesas do governo– Valor nominal e variação percentual anual

PERÍODO	RECEITA R\$	VARIAÇÃO % ANUAL	BASE 2000	DESPESA R\$	VARIAÇÃO % ANUAL	BASE 2000	DIFERENÇA
2000	872.338.533.952		100	833.813.859.565		100	
2001	847.771.288.483	-2,82%	97	843.430.452.988	1,15%	101	-3,97%
2002	990.147.928.641	16,79%	114	948.647.831.705	12,47%	114	4,32%
2003	1.239.875.633.231	25,22%	142	1.201.065.772.155	26,61%	144	-1,39%
2004	1.289.685.693.116	4,02%	148	1.264.929.847.001	5,32%	152	-1,30%
2005	1.560.094.157.690	20,97%	179	1.497.712.889.925	18,40%	180	2,56%
2006	1.637.806.957.711	4,98%	188	1.628.086.998.200	8,70%	195	-3,72%
2007	1.780.598.079.448	8,72%	204	1.739.236.478.269	6,83%	209	1,89%
Média anual		11,13%			11,36%		-0,23%

Fonte: TESOURO NACIONAL

Conforme a Tabela 6 cujos dados foram coletados no site do Tesouro Nacional, a receita total tem crescido constantemente desde 2002 e as despesas totais, também crescem continuamente, porém, desde 2001.

Nota-se que em 2001, 2003, 2004 e 2006 as despesas totais cresceram num ritmo superior até mesmo ao da própria receita total, provocando o chamado déficit público.

Nos oito anos pesquisados a média de crescimento da receita total foi de 11,13%, portanto menor que a média de elevação da despesa total que foi de 11,36%.

3.7 Arrecadação por tipo de tributação conforme Receita Federal do Brasil

Conforme a Figura 1 cujos dados foram extraídos do site da Receita Federal do Brasil, na média dos oito anos a arrecadação está assim distribuída:

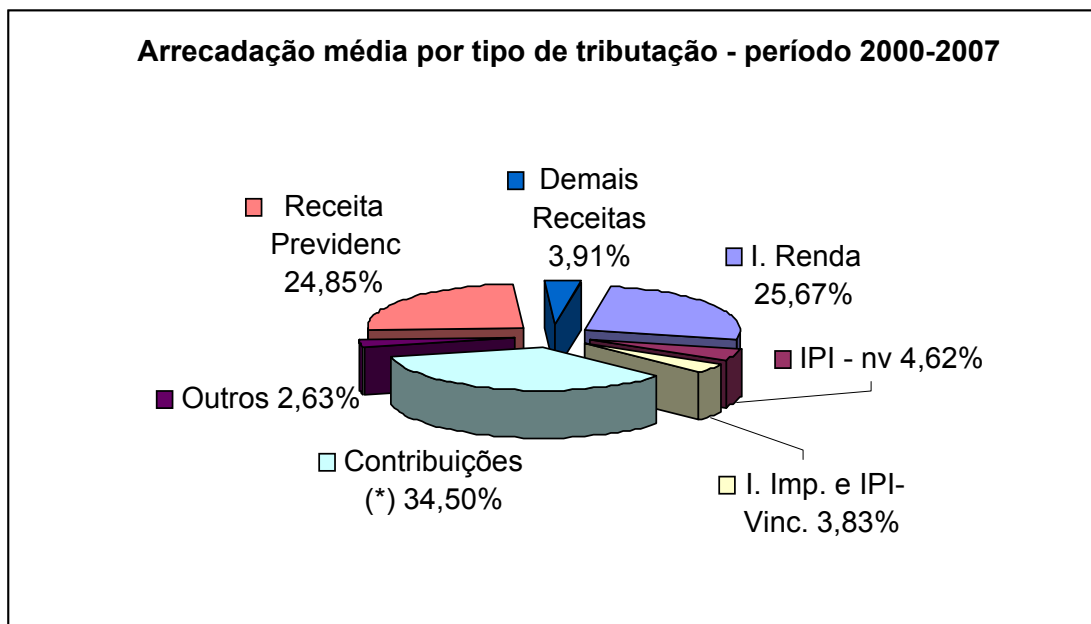


Figura 1: Arrecadação por tipo de Tributo

Fonte: RECEITA FEDERAL DO BRASIL

- Contribuições: composto pelos tributos CSLL, COFINS, PIS/PASEP e CIDE/Combustíveis, que é responsável por 34,50% da arrecadação;
- Imposto de Renda: representa 25,67% dos tributos arrecadados;
- Receita da Previdência: representa 24,85% da tributação feita pela Receita Federal do Brasil.

Estes 3 tipos de tributos representam 85,02% de tudo que é arrecadado, como receita tributária, pela RFB.

3.8 Principais despesas do governo conforme Ministério da Fazenda

Conforme a Figura 2 cujos dados foram extraídos do site do Ministério da Fazenda, na média dos oito anos, as despesas do governo estão assim distribuídas:

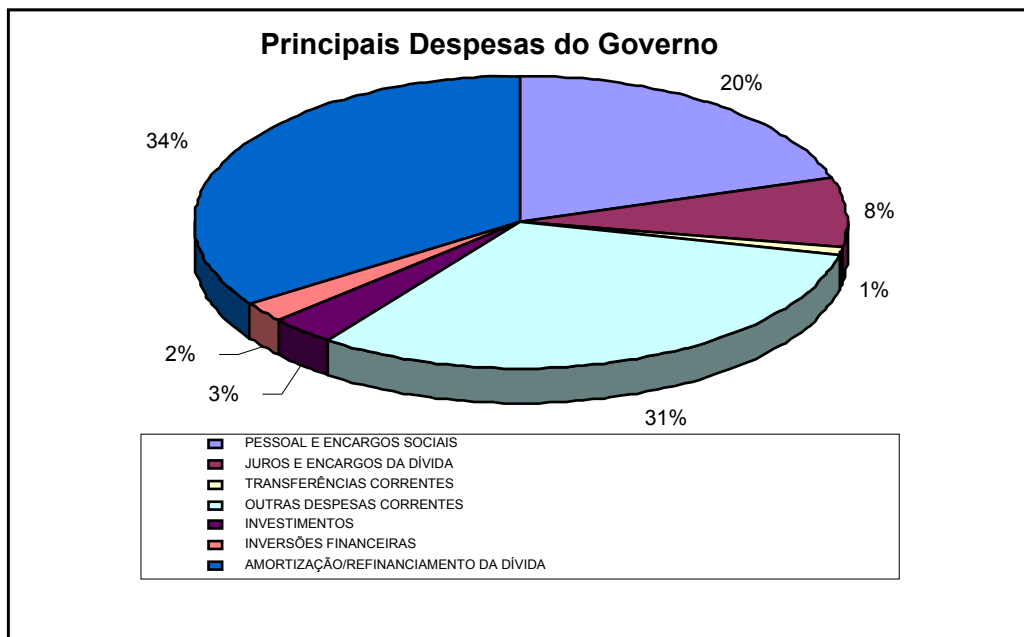


Figura 2: Principais gastos do governo

Fonte: MINISTÉRIO DA FAZENDA

- Amortização e refinanciamento da dívida: representa 34% das despesas do governo;
- Outras despesas correntes: composto por transferências aos entes públicos e instituições, aposentadorias, benefícios previdenciários, material de consumo, serviços de terceiros, indenizações e restituições, representa 31% das despesas governamentais;
- Pessoal e encargos sociais: é responsável por 20% das despesas do governo;
- Juros e encargos da dívida: representa 8% das despesas;
- Investimentos: representa apenas 3% das despesas;
- Inversões financeiras: composto por aquisição de imóveis, aquisição de bens já utilizados pelos órgãos públicos, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores, representa 2% das despesas.
- Transferências correntes: composto por contribuição para formação do PASEP, representa 1% das despesas.

Estes 7 tipos de despesas representam quase 100% de tudo que é gasto pelo governo.

4 IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS

Para garantir a solvência, o governo precisa elevar o superávit primário. Como não consegue conter os gastos, o governo eleva a carga tributária doméstica. Desta forma há

uma transmissão direta para a sociedade dos preços de produtos e serviços devidos aos repasses que são feitos ao longo da cadeia produtiva e consumidora.

Buscando manter a meta da inflação, o governo eleva a taxa de juros SELIC, que em 16/09/2008 estava em 13,75%.

Desta forma os juros altos adotados com o pretexto de conter a inflação, chamada de "inflação de demanda", realimenta a própria inflação, denominada de "inflação de custos". A prática demonstra que o "remédio" dos juros elevados, não passa de um "veneno", principalmente quando combinada com uma carga tributária que confisca a renda e os lucros.

Isto leva a grande parte dos brasileiros e das empresas aos empréstimos e por consequência eleva o nível de endividamento, que representa o comprometimento de rendas futuras. A inadimplência subiu 6,5% no último ano conforme dados do Banco Central.

Com taxas de juros maiores, os gastos com o pagamento da dívida pública também se elevam. Assim como num círculo vicioso, novamente o governo precisa manter a solvência e apresentar um superávit, mas não consegue reduzir os seus gastos, que ao contrário só aumentam.

A saída encontrada é novamente o aumento da tributação, que contribui para aumentar os preços em geral, diminuindo a renda do cidadão e o lucro das empresas, reduzindo a capacidade de investimento do setor privado.

Por falta de investimento, também, do governo não há um retorno eficiente para a população dos impostos pagos.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se através da análise dos dados coletados, que a carga tributária, que representa os custos tributários, eleva-se ano a ano, sendo que a variação na arrecadação cresce num ritmo mais do que proporcional ao crescimento do PIB no período de 2000 a 2007, enquanto o PIB nominal evoluiu com uma média anual de 11,14%, a carga tributária, medida pela RFB, que é o órgão oficial, apresentou uma evolução média anual de 14,38% no período. Estes 3,24 pontos percentuais de acréscimo na evolução da carga tributária em comparação a performance apresentada pelo PIB no período de 2000 a 2007, representa uma elevação de 29,08% dos custos tributários em relação ao crescimento econômico.

É notado que a carga tributária, que representa os custos tributários, impacta o desenvolvimento da economia do país, pois aumenta os custos de produção, diminui os investimentos privados e a competitividade das empresas, sendo um componente do custo Brasil.

Devido ao aumento das despesas, de gastos com a amortização da dívida e com o pagamento de juros, o governo é obrigado a tributar cada vez mais as empresas,

produtos e os cidadãos. A única saída eficiente será o governo diminuir suas despesas, seu tamanho e aumentar a eficiência.

Devido à falta de projetos voltados para a redução de gastos do governo, a atual carga tributária tende a crescer dos atuais 36% em relação ao PIB, dando continuidade a sua trajetória de elevação como ocorre ano a ano.

No curto prazo não se visualiza uma redução da carga tributária existente no país.

Sugerimos algumas ações específicas para contribuir com uma redução da carga tributária, relacionando-a com um combate à inflação, almejando-se desta forma reduzir a taxa de juros que inibe o crescimento e eleva a dívida que o governo precisa amortizar.

Por exemplo, se ocorrer uma pressão inflacionária com o aumento do preço dos combustíveis, poderia ocorrer redução da alíquota da CIDE.

Caso a inflação ocorra devido ao aumento de preços dos alimentos pode-se reduzir ou até isentar tais produtos do IPI.

A inflação ocorrendo devido ao aumento do consumo, pode-se aumentar as alíquotas do COFINS, IPI, PIS, ISS ou ICMS. Em contrário, diminuindo-se o consumo, estas alíquotas podem ser reduzidas.

Ocorrendo a expansão ou falta de crédito pode-se mexer nas alíquotas do IOF e CSLL das instituições financeiras.

Ocorrendo variações com o câmbio e este vindo a pressionar a inflação, pode-se variar as alíquotas do Imposto da Importação, IPI e Imposto da Exportação.

Há ainda, tributos os quais se sugere rever a tabela ou criar novas faixas, para que se diminua a sua incidência que são: IRPJ, IRPF (que confiscam a renda e o lucro) e Previdência Social (que faz diminuir o número de trabalhadores contratados formalmente).

Concorda-se que na medida da capacidade contributiva, cada pessoa deve contribuir com o financiamento do Estado, para que através dele sejam atendidas as demandas sociais. O problema é que no estado de direito democrático a relação Estado/contribuinte deve ser regido pelos princípios norteadores no texto Constitucional, que vedam a tributação como forma de confisco e vincula a administração pública ao princípio da moralidade, sendo de suma importância tapar os ralos do desperdício do dinheiro público e da corrupção.

Logo desconsiderar a perda do poder de consumo com a inflação, não corrigindo a tabela de impostos e alíquotas é ferir o princípio da moralidade e do não confisco.

Percebe-se que as últimas mudanças ocorridas no sistema tributário foram tímidas e paliativas, já que o governo prefere tratar o assunto da tributação apenas como sinônimo de arrecadação e não pelo ponto de vista do crescimento produtivo e do desenvolvimento econômico e social como o assunto precisa ser tratado.

3 BIBLIOGRAFIA

BANCO CENTRAL. Disponível em <http://www.bc.com.br>. Acesso em 23.7.2008.

BRASIL, *Código Tributário Nacional*, Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1996. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios. Alterado pela Lei Complementar nº 118, de 09 de Fevereiro de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em 25.7.2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - IBPT. Disponível em: <http://www.ibpt.com.br>. Acesso em 25.7.2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em : <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 28.7.2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em 15.8.2008.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em 05.8.2008.

STIGLITZ, J. E. *Economics of the Public Sector*, W.W. Norton & Company, Inc, 2º Edition, p. 390, 1988.